

## Valor Econômico – 28/08/2008

### Especialistas criticam o ritmo dos investimentos

Eugênio Melloni, para o Valor, de São Paulo

Governo e iniciativa privada têm apresentado visões totalmente divergentes em relação ao andamento dos investimentos na ampliação da capacidade de geração do país, essencial para afastar a ameaça de racionamento no médio prazo.

"Os investimentos estão fluindo muito bem", assegura o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. Ele se baseia em levantamentos que indicam que, durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a capacidade de geração do sistema e a malha de transmissão apresentaram expansões maiores que as observadas nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Segundo os dados da EPE, entre 2003 e 2008, a capacidade de geração do parque nacional apresentou um crescimento médio de 4,4%, ante 3,9% anuais médios registrados de 1996 a 2002. Em relação aos investimentos na transmissão, houve, segundo Tolmasquim, crescimento de 3% ao ano entre 2002 e 2008, em comparação com 2,5% anuais no período de 1996 a 2002.

Para especialistas, porém, o ritmo dos investimentos não está de acordo com as necessidades. "Têm-se trabalhado com uma necessidade de investimentos na geração de energia de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4 bilhões, em média, por ano", diz Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE). "Mas os investimentos têm ocorrido a uma proporção média de cerca de R\$ 3 bilhões anuais".

Pires diz que contribui para essa situação o fato de o atual modelo do setor elétrico não estar conseguindo atrair os investimentos privados. "O atual governo voltou a dar força para os investimentos estatais e enfraqueceu as agências reguladoras, o que acaba desestimulando o setor privado", avalia.

Ele acrescenta que houve, no atual governo, uma piora no ritmo de liberação das licenças ambientais dos empreendimentos de geração. E, além disso, registrou-se uma crise na oferta do gás natural, apontado até então como fonte preferencial para a complementação da geração hidrelétrica na matriz energética.

O diretor-presidente da consultoria Excelência Energética, José Said de Brito, destaca que concorre para o quadro atual uma falta visível de projetos. A situação, diz, é decorrente de uma paralisia nos estudos de novos projetos de geração verificada ainda no governo FHC. "Para o leilão de energia nova A-5, previsto para setembro, somente um projeto de hidrelétrica, com cerca de 300 MW de capacidade, foi aprovado até o momento."

Novidade no sistema elétrico, o leilão de energia de reserva, criado para proporcionar uma sobra de energia no setor com base na oferta de energia produzida a biomassa, era apontado como uma promessa de ampliação da segurança do sistema elétrico, além de proporcionar uma desejável diversificação na matriz. Mas, de acordo com os especialistas do setor, não surtiu o efeito esperado. Segundo Said de Brito, previa-se que fossem comercializados cerca de 1.000 MW médios da energia de usinas sucroalcooleiras, mas o resultado do leilão foi a compra de 548 MW médios. "Os preços determinados para o leilão não despertaram o interesse de muitos agentes."

Com esse volume de comercialização, de acordo com dados do Instituto Acende Brasil, não se resolveram de forma satisfatória os déficits apontados para os anos de 2009, 2011 e 2012. Segundo relatório do instituto, o déficit previsto para 2009 diminuiu de 1.000 para 977 MW médios; o de 2011, de 1.100 para 676 MW médios; e o de 2012, de 2.100 para 1.552 MW médios.

Adriano Pires ressalta que existe margem de manobra para se evitar que o déficit na oferta se efetive em 2009. "O risco de realmente faltar energia é muito pequeno, pois há projetos de geração a gás natural e a óleo que podem cobrir essa necessidade." Ele acrescenta que a continuidade de um quadro de vulnerabilidade da oferta do setor elétrico até 2012 poderá obrigar o governo a elevar o preço da energia de forma a atrair novos investimentos e provocar um "acionamento econômico" no setor.